

Collor decide ser o negociador da dívida externa

Maria Luiza Abbott
e Teodomiro Braga

BRASÍLIA — Em sua viagem oficial aos Estados Unidos, Europa e Japão, que começa dia 24, o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, pretende apresentar-se como comandante da negociação da dívida externa, para demonstrar sua opção pela solução política da crise. Ele levará sua proposta de renegociação da dívida para iniciar a discussão do problema com os chefes de Estado e autoridades econômicas que deverá encontrar. Além de limitar a remessa de juros aos bancos credores privados em US\$ 3,5 bilhões por ano, o plano de Collor prevê a obtenção de cerca de US\$ 4 bilhões em recursos novos anualmente junto ao Banco Mundial, FMI e as agências de financiamento dos governos dos países industrializados.

O presidente eleito também planeja expor aos dirigentes das nações que visitar seu plano de ajuste

interno da economia, antiga exigência dos países credores para apoiar mudanças nas condições de pagamento da dívida externa. Um dos trunfos de Collor é a vigorosa abertura do Brasil ao exterior projetada no plano, que estabelece drástica redução das barreiras às importações e ampliação da participação do capital estrangeiro na economia.

Marginalização — Na reunião de segunda-feira, em que recebeu o plano elaborado pela equipe liderada pela economista Zélia Cardoso de Melo, o futuro presidente falou de sua preocupação com a marginalização da América Latina no cenário mundial. Para ele, as mudanças no Leste Europeu transferiram as atenções internacionais para a região. "Estamos atrasados no esforço de integração com a economia mundial e precisamos recuperar isso", advertiu Collor no encontro.

A participação do presidente eleito na tentativa de solução do problema da dívida externa não deve incluir conversações diretas entre Collor e os representantes dos bancos credores, tarefa que será deixada a cargo do ministro da Economia. A inten-

ção do futuro governo é renegociar a dívida externa simultaneamente à aplicação das reformas internas da economia, para assegurar a credibilidade da população brasileira e dos credores estrangeiros em relação ao sucesso do programa. A proposta de renegociação incorpora as vantagens obtidas em acordos feitos por outros países, especialmente o do México. A limitação das remessas de juros ao exterior em 1% do PIB (Produto Interno Bruto) é considerada essencial para garantir o crescimento interno.

Os formuladores do plano estão convencidos de que os bancos serão mais flexíveis com o novo governo, concordando em abandonar os parâmetros estabelecidos no acordo assinado pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em 1988. Se os bancos insistirem em receber integralmente o pagamento dos juros, o governo Collor sustentará uma posição de força, mantendo a moratória iniciada por Sarney. A preocupação, porém, é evitar o rompimento das relações com a comunidade financeira internacional, para assegurar a retomada de empréstimos externos.

Disquete — O estrangulamento das contas externas do país provocado pela dívida é um dos pontos fundamentais do diagnóstico da crise econômica brasileira apresentado segunda-feira ao presidente eleito, como parte do plano econômico. Com o auxílio de um *quadro negro*, os sete formuladores do programa se revezavam na exposição das propostas ao presidente eleito. No lugar de um documento escrito, Collor recebeu um disquete de computador com a versão completa das diversas opções de ajuste. A escolha do disquete foi uma precaução da equipe de Zélia contra a curiosidade dos jornalistas.

A receptividade de Collor às propostas do programa deixou entusiasmados os integrantes da equipe de Zélia. De acordo com eles, o futuro presidente fez elogios ao plano, classificando-o como "absolutamente original". Esta opinião do presidente eleito provocou a imediata intervenção do economista Ibrahim Eris: "A situação brasileira é que é absolutamente original". Zélia, que normalmente só fuma quando está em ambientes descontraídos, fumou mais de uma vez durante o encontro. A maior

preocupação demonstrada por Collor em suas intervenções foi com a preservação do poder aquisitivo dos salários durante a implantação do ajuste econômico. Os autores do plano garantiram-lhe que, além de manter o valor real dos salários, o programa assegura a manutenção do ritmo de crescimento da economia neste ano.

Essa certeza de que a recessão provocada pelo ajuste será passageira levou a equipe de Zélia a colocar em segundo plano as ideias de medidas sociais compensatórias, como a cesta básica de alimentos para os pobres. Essas propostas aparecem no plano apenas como opção na hipótese de que os desequilíbrios provocados pelo ajuste econômico sejam mais fortes do que prevê o programa. O plano não apontou a forma como as medidas do pliego de emergência para combater a inflação serão implementadas. "Esta é uma questão de menor importância porque os mecanismos jurídicos que permitem a implantação do plano são sobejamente conhecidos", disse um dos autores do programa.

Viagens oficiais começam sábado

O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, chegará a Buenos Aires, na noite do próximo sábado, para iniciar o seu roteiro oficial de viagens internacionais, segundo anunciou ontem, às 18h30, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Domingo Cavallo. Domingo, Collor almoçará, na Casa Rosada, com o presidente Carlos Menem. Cavallo acrescentou que o futuro presidente brasileiro, depois da Argentina, visitará o Uruguai e o Paraguai.

Collor usará para a viagem aos três países da América do Sul o mesmo jato Challenger, da Líder Táxi Aéreo, que o conduziu por todo o Brasil, durante a campanha presidencial. O encontro do futuro presidente brasileiro com o presidente eleito do Uruguai, Luis Eduardo Lacalle, será em Punta del Este. Em Montevidéu, Collor se encontrará, depois, com o atual presidente uruguai, Julio Sanguinetti. A última reunião será com o presidente do Paraguai, Andrés Rodriguez. O retorno a Brasília está confirmado para a noite de domingo.

Depois da viagem de 14 dias pela África e Europa, Collor enfrentará sua primeira missão internacional, já como futuro presidente do Brasil. O assessor de imprensa, Cláudio Humberto Rosa e Silva, informou que o futuro governo estuda a possibilidade de receber ajuda oficial do atual governo brasileiro para custear as despesas da comitiva, estimada entre oito e dez pessoas. Na véspera, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Luís Roberto Ponte, havia anunciado que o presidente José Sarney está disposto a financiar as viagens oficiais de Collor.

Depois de evitar conversas com jornalistas por quase vinte dias, Cláudio Humberto resolveu anunciar pessoalmente a viagem presidencial. Segundo ele, a comitiva que acompanhará Collor ao Cone Sul será a mesma que seguirá para a etapa seguinte, à Ásia, Europa e América do Norte. Além da esposa, Rosane, e do ajudante de ordens, tenente Dario Cesar Cavalcanti, a surpresa foi a presença do deputado José Carlos Martínez (PRN-PR), como integrante da comitiva.

URSS — A escolha do futuro ministro da Economia não está definida, garantiu Cláudio Humberto. "O presidente está refletindo sobre a escolha. Ele não tem pressa", sintetizou. A viagem ao Hemisfério Norte está quase fechada e começará no próximo dia 24. Oito países já estão confirmados: EUA, Japão, Inglaterra, Alemanha Federal, França, Itália, Espanha e Portugal, nessa ordem.

O encontro com o presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, não está agendado. Existe apenas uma data disponível na agenda: 31 de janeiro. "O governo da URSS está se empenhando para o encontro entre os dois presidentes", informou o assessor. Os conflitos internos da União Soviética, no entanto, dificultam a confirmação. China e Canadá estão descartados do roteiro. O retorno, sem data marcada, deverá acontecer em meados de fevereiro, antes do Carnaval.